



REPORTAGEM DE CAPA

CIRCO EM CHAMAS

O Brasil exhibe mais uma vez sua vocação para a autodestruição

por ANDRÉ BARROCAL

*Abra os olhos,
presidenta*



DILMA ROUSSEFF ESTÁ na aurora do segundo mandato, mas parece viver um momento crepuscular. A economia caminha para a recessão, graças à opção do governo pela austeridade fiscal e à estagnação global. A seca ameaça piorar as coisas com a falta de água em São Paulo e um risco galopante de racionamento de energia no País inteiro. Embora aliadas do Palácio do Planalto, as centrais sindicais andam furiosas com o pacote restritivo de direitos trabalhistas. Um declarado inimigo presidencial assumiu o comando da Câmara dos Deputados e não esperou nem uma semana para dizer a que veio. No PT, crescem as brigas internas e, especula-se, a distância entre a presidenta e Lula. A Procuradoria-Geral da República prepara-se para processar cerca de três dezenas de parlamentares por causa do escândalo na Petrobras, motivo de alvoroço em Brasília. Animado com o cenário e entusiasta

JOEDSON ALVES/REUTERS/LATINSTOCK E LAYCER TOMAZ/CÂMARA DOS DEPUTADOS





*Eduardo Cunha presidente
da Câmara, ou a vitória
de um homem de negócios*





O mercado financeiro comemora a saída da presidenta da estatal



Para aliados de Dilma Rousseff, a demissão de Graça Foster da Petrobras veio tarde. O que torna a escolha do substituto mais crucial

do “quanto pior melhor”, o PSDB fala abertamente em *impeachment*. Se o Circo Brasil ainda não pegou fogo, está bem perto.

Até agora visivelmente prostrada diante dos acontecimentos, Dilma Rousseff enfim encerrou, embora tardiamente na interpretação de vários de seus aliados, uma etapa da agonia vivida pela Petrobras. Após meses de desgaste da cúpula da estatal, topou substituir Maria das Graças Foster na presidência da estatal. Desfecho mais do que anunciado. Há tempos Foster não reunia condições políticas de se manter à frente da principal empresa brasileira. Razões sentimen-

tais e talvez certa birra levaram Dilma a mantê-la no cargo, a despeito de todas as recomendações e até da vontade da própria executiva. Foster, descreve um ministro, é “a melhor amiga” da presidenta. Era também a única funcionária em quem Dilma confiava na Petrobras. Demiti-la poderia soar como um atestado de culpa ética da presidenta da estatal. A desastrosa divulgação de um balanço da petroleira em janeiro ofereceu ao Palácio do Planalto a chance de promover a troca sem que pairasse tal suspeita.

Em um texto inicial do balanço, Foster mencionou incríveis 88 bilhões de reais

como uma cifra aproximada das perdas sofridas pela Petrobras com a corrupção. O valor teria sido calculado pela auditoria, que se recusou a endossar o balanço. Quando veio a público, as ações da estatal caíram 10% em um único dia. O Planalto ficou perplexo, pois não havia fundamento técnico para o cálculo. Se o número entrasse de fato no balanço mais adiante, abalaria as finanças da companhia e ameaçaria o aumento da produção de petróleo da camada pré-sal.

A missão imediata da nova diretoria, a ser anunciada na sexta-feira 6, é arranjar uma saída para o nó contábil. A tendência seria admitir um prejuízo entre 2 bilhões e 4 bilhões de reais. O primeiro valor baseia-se nos números constantes das denúncias na Operação Lava Jato. O outro, na delação premiada do ex-diretor Paulo Roberto Costa. Segundo o delator, a

YASUYOSHI CHIBA/AFP E NELSON ALMEIDA/AFP



propina chegava a 3% em um total de 130 bilhões de reais em contratos.

A troca no comando da estatal precipitou-se contra um acerto entre a presidenta e Foster. Na terça-feira 3, as duas haviam combinado uma transição até o fim do mês. Detalhe: naquele dia, o Ministério Público desistira do testemunho da ex-funcionária da Petrobras Venina Fonseca, que acusara a presidenta da estatal de conhecimento do esquema de corrupção. Ao voltar à sede da estatal no Rio de Janeiro, a executiva deparou-se com um fato inesperado. A Comissão de Valores Mobiliários, fiscal do mercado acionário, queria saber se era verdade a notícia de sua demissão. Os demais diretores pareciam rebelados e pouco dispostos a permanecer no cargo até o fim de fevereiro. A solução foi mudar os planos e antecipar a troca dela e de outros cinco subordinados.

O Palácio do Planalto decidiu usar na estatal a mesma fórmula aplicada na substituição de Guido Mantega por

Joaquim Levy no Ministério da Fazenda. Apostou em um profissional do setor privado, com experiência em negócios. O novo presidente da estatal precisa provocar um choque de credibilidade e afastar o risco de a Petrobras perder o “grau de investimento” dado pelas agências de *rating*, o que poderia inviabilizar os monumentais investimentos necessários nas próximas décadas. A sondagem dos novos diretores coube a Levy e ao ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante. Não havia definição sobre os escolhidos até o fechamento desta edição na quinta-feira 5.

O novo presidente da estatal será obrigado a enfrentar de cara uma nova CPI no Congresso. A abertura de mais uma investigação é obra do PSDB em parceria com o novo presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Eleito no domingo 1º contra a vontade de Dilma, a vitória do peemedebista não a surpreendeu. Na noite da sexta-feira 30, circulava no Planalto um mapa da votação que antecipava a margem folgada a favor do peemedebista. A presidenta foi consultada a respeito da ideia de negociar um acordo. O candidato do PT, Arlindo Chinaglia, poderia desistir da disputa em troca da presença do PT na cúpula da Câmara e à frente de comissões importantes.

Uma cética Dilma deu sinal verde, depois de afirmar: “Não se iludam”. Estava certa. Cunha rejeitou a proposta. Tinha a certeza de uma vitória sem uma aliança com o governo ou com os tucanos. Eleição consumada, a presidenta deixou o casamento da ministra da Agricultura, Katia Abreu, para analisar o novo quadro ao lado de assessores. Conclusão, segundo um ministro: é hora de olhar para a frente e refazer as pontes com Cunha. Se possível for.

O triunfo do “empresário da política” encerrou uma atrapalhada articulação do governo e do PT que deixou sequelas no partido. A legenda hesitou por quase dois meses antes de decidir enfrentar o peemedebista. Havia quem defendesse um entendimento com Cunha, inclusi-

ve entre ministros do núcleo duro do Palácio do Planalto. O deputado chegou a ser chamado por um ministro e cobrado a moderar o tom oposicionista, a fim de facilitar as coisas. Ouviu um recado específico: *impeachment* seria considerado golpismo e tratado como tal.

A negociação, tudo indica, esbarrou na presidenta. Ela não gosta de Cunha, que nutre um sentimento recíproco. Considera provável a inclusão do deputado na lista de processados na esteira da Operação Lava Jato. E foi convencida das chances reais de derrotar Cunha. O ministro Pepe Vargas, da Secretaria de Relações Institucionais, e Henrique Fontana, líder do governo até a primeira semana de fevereiro, ambos petistas gaúchos, estavam entre os otimistas.

Dilma parece não ter levado em conta as ponderações feitas por outros ministros e seguiu aquelas mais alinhadas à sua predisposição anti-Cunha. Mas não jogou tudo que poderia na disputa. Jamais falou em público a favor de Chinaglia. Montou o novo ministério sem cobrar fidelidade dos partidos premiados. Congelou nomeações no segundo e terceiro escalões, uma conhecida tática de cooptação. A cinco dias da eleição, fez a primeira reunião ministerial do novo governo sem tocar no assunto. “Sabíamos que era difícil ganhar. Mas combatemos o bom combate. No plano simbólico, tivemos uma vitória”, diz Fontana. Resta saber o que se pode fazer com uma vitória simbólica ou “moral”.

Fontana foi o primeiro atingido pela vitória de Cunha. Perdeu o posto de líder do governo, pois o novo presidente da Câmara avisou, ainda na eleição, a sua decisão de não mais falar com o petista. Assume a missão José Guimarães, irmão do ex-deputado José Genoino, condenado no “mensalão” do PT.

Cunha botou seu projeto de poder em prática tão logo sentou-se na cadeira da presidência da Câmara. De cara, patrocinou a apresentação de uma lei cujo único objetivo é boicotar a tentativa do



ministro das Cidades, Gilberto Kassab, de recriar o Partido Liberal e de fundi-lo com o PSD, o que daria vida a uma sigla centrista rival do PMDB. Também mandou para apressar a votação de duas mudanças constitucionais indesejadas pelo Planalto. Uma torna obrigatório o pagamento de obras adicionadas ao Orçamento Federal pelos parlamentares, sonho dos deputados apoiadores do novo presidente. A outra autoriza o financiamento empresarial de campanhas políticas, do qual Cunha é defensor. Ou seja, uma reforma política oposta àquela discutida nos últimos dias pelo secretário-geral da Presidência, Miguel Rossetto, com entidades como OAB, UNE e CNBB.

Por conta de sua atuação em favor de empresas, Cunha é merecedor de retribuições em campanha, com as quais, comenta-se, financiou a candidatura de aliados em variados partidos. “Tenho certeza de que se você fizer uma enquete com os cem maiores empresá-

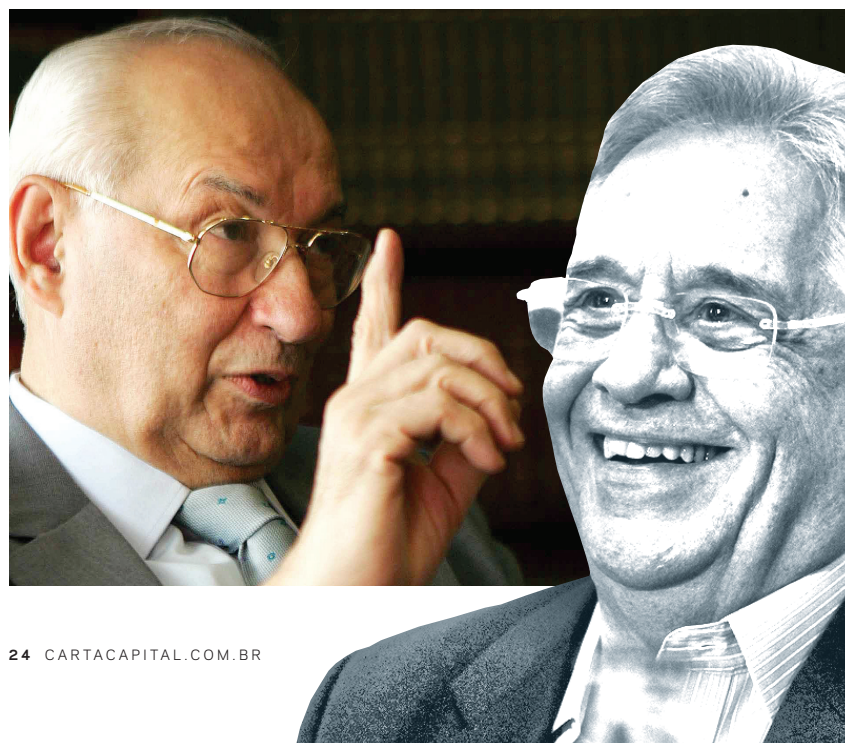
rios do País, certamente talvez 98 prefeririam a minha eleição (*para presidente da Câmara*)”, disse o peemedebista à *Folha de S. Paulo* na terça-feira 3.

A esperança do governo, e do PT, é neutralizar no Senado medidas e projetos bancados por Cunha na Câmara, a começar pela derrubada de leis impraticáveis aprovadas pelos deputados. Apesar do medo de vê-lo envolvido no escândalo da Petrobras, o Palácio do Planalto apoiou a permanência de Renan Calheiros no comando do Congresso. E este retribuiu de imediato: barrou o PSDB nas vice-presidências e secretarias da Casa, o que o levou a um antológico bate-boca com Aécio Neves, candidato tucano derrotado nas últimas eleições presidenciais. Em outras palavras, Calheiros acusou o senador mineiro de não compreender o funcionamento da democracia.

A ascensão de Cunha a um dos principais cargos da República não surpreende, é resultado de erros do governo e motivo de preocupação para o País, afirma o cientista político Fabiano Santos, coorde-

nador do Núcleo de Estudos sobre o Congresso da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. A eleição de outubro, diz, ampliou o conservadorismo no Parlamento (Cunha é evangélico, antigays, antiaborto) e a dispersão partidária, da qual o deputado tira proveito com sua esperteza e disposição para praticar lobby econômico. “A agenda dele é conservadora no comportamento, desastrosa do ponto de vista institucional, vide a proposta de financiamento privado de campanhas, e na economia é alinhada com o grande capital”, afirma Santos, para quem o PT poderia ter limitado o poder do peemedebista caso tivesse negociado em vez de enfrentá-lo. “A presidenta e seu entorno mostraram de novo incompreensão da política. Será difícil refazer pontes. Mas um governo sempre tem força, Cunha não poderá fazer tudo o que quer.”

O parecer de Ives Gandra tirou a "virgindade" do tema *impeachment*, diz o tucano Marcus Pestana



Não poderá, especialmente, se virar alvo de uma denúncia ou pedido de investigação por parte da Procuradoria-Geral da República. Em Brasília, impera um clima de tensão e expectativa em relação à lista de políticos envolvidos no esquema Petrobras. Na segunda-feira 2, durante a reabertura do ano do Judiciário, um parlamentar conversou com o procurador-geral Rodrigo Janot e ministros do STF. Saiu com a impressão de que as denúncias são iminentes e que a lista de implicados perpassa partidos distintos. A oposição deve começar a botar as barbas de molho.

Até aqui, o Ministério Público Federal apresentou 18 denúncias contra 86 acusados, nenhum parlamentar. Quando chegar a hora da verdade para a turma do foro privilegiado, não se deve esperar por denúncias ao estilo do

FHC estimula o golpismo, mas falta ao PSDB a mobilização social